



VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política

Eixo Temático: **Política Comparada**

TAMANHO É DOCUMENTO? DESEMPENHO ELEITORAL DOS PARTIDOS PEQUENOS NO BRASIL (2006- 2014)¹

Willber Nascimento – UFPE
(willbernascimento@outlook.com)

Ranulfo Paranhos – UFAL
(ranulfoparanhos@me.com)

José Alexandre da Silva Jr. – UFAL
(jasjunior2007@yahoo.com.br)

Denisson Silva - UFMG
(denisson@denissonsilva.com)

RESUMO

Qual impacto dos partidos pequenos sobre os resultados eleitorais? Esse trabalho analisa o desempenho eleitoral desses partidos de maneira geral e, especificamente, dentro de suas coligações nos pleitos para Deputado Federal nos anos de 2006 a 2014. Metodologicamente combinamos estatística descritiva e multivariada. Propomos uma nova classificação dos partidos em função de seu tamanho utilizando análise de *cluster*. Essa técnica possibilita uma classificação mais objetiva dos partidos pequenos. Descrevemos seus resultados com distribuições de frequências e apresentações gráficas. Utilizamos teste *t* para amostras emparelhadas para testar estatisticamente duas hipóteses da literatura: (h1) os partidos pequenos se beneficiam mais das coligações do que contribuem para elas e (h2) os votos dos partidos pequenos não exercem efeito sobre a quantidade de cadeiras auferidas por suas coligações. Os resultados indicam que os dados não sustentam as hipóteses: (1) os partidos pequenos não são “sanguessugas” de suas coligações, os partidos que se beneficiam delas são aqueles que contribuem diretamente para o quociente eleitoral de suas coligações; (2) eles afetam significativamente a quantidade de cadeiras que suas coligações alcançam e (3) estes partidos aumentaram significativamente seu apoio eleitoral.

¹ Esse trabalho conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

Palavras-chaves: Partidos Pequenos; Eleições 2006 à 2010; Partidos Políticos; Deputado Federal.

INTRODUÇÃO

Qual impacto dos partidos pequenos sobre os resultados eleitorais? Essa é a principal questão desse trabalho. Para respondê-la proporemos uma nova classificação do tamanho dos partidos e analisaremos os resultados eleitorais dos partidos pequenos (Pp)² nas eleições 2006 a 2014 para deputado Federal.

Quase nunca os partidos pequenos são alvos de margens expressivas de votos. Para os eleitores medianos os Pp são fracos eleitoralmente, não apresentam candidatos fortes (puxadores de voto) e não possuem chances reais de vitória. Todavia, os partidos pequenos são bastante conhecidos pela literatura acadêmica nacional. No entanto, raramente são estudados especificamente. Essa limitação dá-se, em parte, pelas dificuldades de se definir o que eles são. Além disso, esses partidos são vistos como um mal efetivo. A eles estão associadas às altas taxas de volatilidade e fragmentação presentes nas arenas eleitoral e parlamentar, respectivamente. Dando forte contribuição para os baixos índices de institucionalização do sistema partidário e da governabilidade do sistema político brasileiro.

Os estudos empíricos que levam em conta os partidos pequenos normalmente estão preocupados com as alianças eleitorais que esses partidos estão presentes. No entanto, se debruçam pouco acerca do o impacto desses partidos sobre as coligações e sobre os resultados eleitorais de maneira geral.

Os partidos pequenos são vistos como atores irrelevantes no processo eleitoral e decisório para a Ciência Política brasileira. O dito é que esses partidos dependem da “ajuda” dos maiores partidos nas coligações. Sem os maiores partidos seria impossível que os pequenos conseguissem assentos no parlamento. O que surpreende é que esses estudos não atentam para o peso dos partidos pequenos nas coligações. Presumem que estes partidos são “vampiros”, que apenas sobrevivem sugando dos maiores.

O principal objetivo do trabalho é analisar qual o peso dos partidos pequenos sobre os resultados eleitorais. Metodologicamente analisamos as Eleições de 2006 a 2014 para o cargo de Deputado Federal com base nos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

2 Ao longo do texto utilizo a sigla Pp como abreviação de “partidos pequenos”, no singular ou plural.

(TSE)³. Fazemos uso de uma técnica estatística de classificação (*clusters analysis*) para propor uma nova classificação e definir de maneira mais objetiva os partidos pequenos no Brasil. Escolhemos o pleito para Deputado Federal visto que a classificação da literatura aponta para esse cargo como a principal arena de disputa para os partidos políticos brasileiros (DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; BRAGA, 2010; MACHADO, 2012; EV e MELO, 2014). O recorte temporal diz respeito às últimas eleições.

Por sua vez, na análise dos resultados, descreveremos o espaço que os Pp tem ocupado nas eleições estudadas, bem como testaremos duas hipóteses levantadas pela literatura. A primeira delas assume que os Pp se beneficiam mais das coligações do que contribuem para ela. A segunda assume que os partidos pequenos não exercem efeito significativo sobre o quociente eleitoral de suas coligações. Simularemos o quociente eleitoral da coligação sem os votos dos Pp. Em seguida, estimaremos qual o impacto da ausência desse partido no quociente eleitoral dela. Desse modo, avaliaremos o peso dos partidos pequenos na coligação.

Na próxima seção apresentamos os principais apontamentos da literatura acerca do desempenho eleitoral dos partidos pequenos e dos fenômenos políticos a ele associados. Na segunda seção definimos os procedimentos metodológicos adotados para criar uma nova classificação dos partidos em função do seu tamanho. Na terceira seção analisamos o desempenho eleitoral dos Pp e testamos as hipóteses de trabalho. Por fim, teceremos as nossas considerações finais.

OS PARTIDOS PEQUENOS NO BRASIL

Esta seção tem como objetivo apresentar uma breve revisão de literatura sobre a participação eleitoral dos partidos pequenos no Brasil. Com ela, apresentamos como esses atores são vistos e analisados, a fim de derivar, dessas considerações, as hipóteses sobre seu desempenho eleitoral. Centramos, portanto, nossa exposição no cenário de competição eleitoral desse grupo de partidos.

Em primeiro lugar, os Pp se tornam alvos de atenção, no período recente, a partir da redemocratização. Isso porque, com a abertura política, as novas regras de competição eleitoral tornaram possível a criação de muitos novos partidos. Desse modo, para esse período, esperou-se uma proliferação de novas legendas e isso foi visto como extremamente prejudicial ao sistema político recém inaugurado. A adoção de maior rigidez legal para a

3 Para mais informações, ver o site: www.tse.jus.br.

criação de novos partidos políticos, bem como a instituição de uma cláusula de desempenho eleitoral para os partidos tornou-se tema da “moda” nos diversos espaços de debate acadêmico e jornalísticos (ALMEIDA, 2007; MARCHETTI, 2008; RABAT, 2012).

A participação eleitoral dos Pp é vista, normalmente, como rodeada de características desestabilizadoras. Como dito acima, o debate sobre partidos pequenos, no sistema político brasileiro, decorre principalmente do efeito que a alta permissividade legal para a criação de novos partidos no Brasil exerce sobre a fragmentação eleitoral e partidária que, por sua vez, incorre em prejuízos tanto na arena eleitoral quanto para a arena legislativa (RODRIGUES, 1995; ASSIS, 1997; MELO, 2010; 2011; MELO & CÂMARA, 2012).

Essa alta permissividade para criação de novos partidos aumenta demasiadamente a fragmentação partidária. De acordo com Kinzo (2004), o sistema partidário brasileiro é um dos mais fragmentados do mundo. Para Rodrigues (1995), a fragmentação partidária e multipartidarismo extremado afetam negativamente as possibilidades de criação de uma base de governo sólida e coesa que permita a consecução do programa de governo. Em suma, parte da literatura atribui a alta fragmentação ao número excessivo de partidos – que em sua maioria são pequenos – na disputa eleitoral (RODRIGUES, 1995).

Sendo assim, torna-se necessário a existência de um debate sobre a adoção de um teto para a participação dos partidos pequenos na arena legislativa. De maneira geral, a cláusula de desempenho funciona como um inibidor da criação de novos partidos e, por outro lado, diminuem as chances de Pp obterem representação na esfera legislativa (MARCHETTI, 2008; RABAT, 2012), em decorrência disso, as chances de conseguir um Legislativo menos fragmentado e de melhorar os indicadores de governabilidade aumentam.

Segundo Peres, Ricci e Rennó, (2008), outro efeito do número excessivo de partidos é o aumento da volatilidade eleitoral. Devido ao surgimento de novas legendas a cada pleito o eleitor não tem incentivos a “fidelizar” seu voto. Os partidos, dessa maneira, não funcionam como atalho informacional (DOWNS, 1999). A criação de novos partidos confunde o mercado eleitoral e a mente do eleitor (FEREJONH, 1977). O resultado é que os partidos perdem a propriedade de *label* (marca). Esse cenário favorece a volatilidade e dificulta a institucionalização do sistema (MAINWARING e TORCAL, 2005). De acordo com a literatura, os Pp são grandes contribuintes para esse cenário caótico. Não apenas porque são criados e recriados “a torta e a direita”, mas porque não trazem em sua gênese conteúdos significativos para sua definição. Em resumo, os Pp contribuem para o aumento da

volatilidade por que são instáveis e vazios de sentido (MAINWARING, 1999). Os partidos pequenos, portanto, ainda são responsabilizados pela indefinição do processo eleitoral.

Autores como Limongi e Cortez (2010), Melo (2010; 2011) e Melo & Câmara (2012), advogam que o sistema partidário brasileiro ganhou certa estabilidade nos pleitos que se seguem pós 1994 devido a um processo de estruturação das disputas eleitorais a partir da competição nas eleições presidenciais. Definindo a disputa presidencial como a arena principal, as estratégias eleitorais estariam condicionadas pelas escolhas dos atores a respeito das disputas presidências, e de até certo modo, as disputas para os cargos Executivos. Da argumentação conclui-se que os partidos pequenos negociam sua participação em coligações junto a legendas maiores em detrimento da disputa na arena principal (MACHADO, 2005; 2012). A estabilização, desse modo, é possível quando os partidos pequenos abdicaram de sua participação privilegiando outras arenas.

Parte dos estudos citados acima não possuíam como foco principal os Pp, por isso eles não contavam com uma base empírica sobre esses partidos. Os estudos dos resultados eleitorais dos partidos pequenos e de seus padrões de disputas são praticamente inexistentes no Brasil. Os principais estudos na área são os de Dantas e Praça (2004; 2010) e Ev e Melo (2014), seguidos de estudos que abrem certo espaço para esses atores, tais como Machado (2005; 2012), Braga (2010), Rodrigues (1995), Assis (1997), Figueiredo e Limongi (1999), entre outros.

Os trabalhos de Dantas e Praça (2004; 2010) representam o maior esforço em mapear os resultados eleitorais dos partidos pequenos no Brasil. O primeiro trabalho refere-se à tentativa de definir ou classificar o que seja um Pp e o segundo, o de analisar as coligações eleitorais que eles participaram, bem como a coerência ideológica destas coligações. Ambos os trabalhos referem-se a coligações em pleitos dos executivos municipais no Brasil.

As coligações eleitorais é o principal mecanismo que os partidos pequenos utilizam nas eleições (SOUSA e CAVALCANTE; 2012; OLIVEIRA, 1973; CARREIRÃO, 2002; KRAUSE e SCHMITT). Segundo Dantas e Praça (2004), a literatura aponta que na proximidade das eleições estes partidos procuram manter-se próximos dos maiores partidos na tentativa de alcançarem visibilidade e/ou outros tipos de vantagem. Ainda segundo esses autores, os dados indicam que em 85% das coligações os Pp estavam unidos a partidos maiores.

Do ponto de vista da coerência ideológica das coligações, Dantas e Praça (2004) apontam para a racionalidade de grande parte das alianças celebradas por estes partidos. Os Pp de direita estavam coligados com partidos grandes de direita em no mínimo 74% das coligações. Da mesma maneira, os Pp de esquerda, normalmente estavam coligados com grandes partidos da esquerda.

Se ficou claro que os partidos pequenos procuram grandes partidos para se coligar, o contrário não é verdadeiro. Segundo Dantas e Praça (2004), é muito baixa a proporção de alianças em que partidos pequenos se coligam com outros partidos do mesmo tamanho. Na verdade, a grande maioria das coligações desses partidos é celebrada com partidos médios e grandes.

O cenário das disputas municipais para os partidos pequenos está mudando. Estes partidos estão alargando suas bases, ou no mínimo, estão disputando eleições em mais municípios. Os partidos pequenos estão demarcando seu espaço nas eleições municipais. Aumentou, também, sua participação em coligações por todo o Brasil (DANTAS E PRAÇA, 2004; 2010; NICOLAU, 2006).

Para Machado (2012), os partidos pequenos dependem dos partidos grandes para construir suas coligações. Ela estabelece uma relação direta e positiva entre disputas para governo estadual e coligação para a as disputas à Câmara Federal. Em suma, Machado (2012) argumenta que os partidos maiores ajudam os menores construindo coligações para a Câmara Federal na tentativa de conseguir alguma cadeira. Em troca, os partidos pequenos, eximem-se da disputa ao governo estadual e participa apenas da coligação para maximizar apoio (Horário Eleitoral gratuito, entre outros) ao candidato do partido grande em disputa.

Os partidos pequenos, para Machado (2012), são os mais dependentes das coligações. Sem elas, segundo alguns estudos (ASSIS, 1997; DANTAS, 2004, 2010; MACHADO, 2012;) é praticamente impossível que as legendas nanicas alcancem cadeiras no legislativo. Da mesma forma, como também, são baixas as suas chances de sucesso na disputa majoritária os Pp normalmente se coligam e não lançam candidatos aos cargos executivos.

As coligações são uma importante ferramenta de ação utilizada pelos partidos pequenos nas disputas eleitorais. Os partidos pequenos, segundo Dantas e Praça (2004, 2010) e Nicolau (2006), estão demarcando seu espaço no cenário político atual; avançaram nas disputas municipais e estruturam-se no campo da competição partidária a partir de coligações.

O principal argumento é o de que os partidos pequenos buscam coligar-se visando obter vantagens dessas alianças (DANTAS & PRAÇA, 2004; 2010; MACHADO, 2012).

Para Limongi e Cortez (2010), Melo (2011), Melo e Câmara (2012) e Machado (2012), o cenário das disputas eleitorais no Brasil alcançou certo grau de estabilização no processo de sucessivos pleitos. Para eles, as estratégias nas eleições no Brasil decorrem da escolha da arena principal, as disputas presidenciais especificamente e as dos executivos estaduais e municipais de maneira geral. Para esses autores, como já havíamos salientado os partidos pequenos tende a negociar sua não participação nas disputas majoritárias buscando alianças com legendas maiores para a arena legislativa, já que o seu sucesso fora das coligações seria praticamente impossível. Logo, eles dependeriam normalmente de seus pares maiores para sobreviverem politicamente.

Ev e Melo (2014), contribuem consideravelmente no esforço de mapear o espaço eleitoral Pp. Eles focam sobre as cadeiras ganhas por esses partidos na Câmara Federal e nas Prefeituras, sua distribuição territorial, bem como descrevem parte da estrutura organizacional deles. Concluem que há uma tendência de ascensão eleitoral de alguns partidos e da relação desse crescimento com seu grau de capilaridade territorial, bem como de sua organização. Ademais os autores observam que os partidos pequenos, em média, tendem a manter o desempenho eleitoral do pleito anterior. Segundo eles, esse padrão contribui para que os Pp alguns Pp exitosos utilizam-se da máquina para se manter vivo, enquanto que os não exitosos não conseguem crescer justamente por estarem fora dela.

A conclusão que chegamos ao fim dessa seção é a de que os partidos pequenos vêm aumentando significativamente seu apoio eleitoral, tanto por votos quanto por cadeiras alcançadas (DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; EV e MELO, 2014). Além disso, percebemos que os estudos apontam freqüentemente para a participação desses partidos em coligações como as principais ferramentas de maximização de sucesso eleitoral.

Desse modo procuramos nesse trabalho apresentar o desempenho eleitoral dos Pp nas eleições para a Câmara dos Deputados no período de 2006 a 2014 e testar as hipótese geral da literatura, que sustenta que:

H1: os partidos pequenos se beneficiam mais das coligações do que contribuem para elas; e, na mesma direção:

H2: os partidos pequenos não exercem efeito significativo sobre o quociente partidário de suas coligações.

A próxima seção apresenta o procedimento metodológico para a nova classificação dos partidos em função de seu tamanho, bem como as principais características do desenho de pesquisa desse trabalho, buscando atribuir ao trabalho características que o tornem passível de replicação pela comunidade científica (KING, 1995).

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ARTIGO

Nesta seção apresentamos os aspectos essenciais do procedimento metodológico adotado na classificação dos partidos. De acordo com King (1995), descrever adequadamente os procedimentos metodológicos contribui para que o leitor não fique com dúvidas acerca de como o autor chegou a aquele determinado resultado e contribui para a replicação de todo passo a passo do trabalho.

A definição do que seja um partido pequeno tem se tornado uma tarefa um tanto arbitrária (DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; EV e MELO, 2014). Quem tem estudado os Pp tem encontrado enorme dificuldade em defini-los. E desse modo, atribuindo-lhes limites de votos arbitrariamente (ASSIS, 1997; RODRIGUES, 1995; DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; MACHADO, 2012; DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010). Além disso, ainda existem aqueles estudos que levam os Pp em consideração, mas não os classificam (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 2004; NICOLAU, 2006; CARREIRÃO, 2006, 2012; FLEISHER, 2007; ALMEIDA, 2007; LIMONGI e CORTEZ, 2010; MELO, 2010; PERES, RICCI e RENNÓ, 2011).

Segundo Dantas e Praça (2004) e EV e Melo (2014) encontrar uma definição de partido que compreenda os Pp não foi possível. Desse modo, a maneira mais simples caracterizá-los é classificar ele, segundo o seu apoio eleitoral. Na medida em que todos os partidos competem no mercado eleitoral pelos votos dos cidadãos para controlarem a máquina estatal (SCHUMPETER, 1952), no sentido de, formular políticas e maximizar as chances de promover interesses específicos (DOWNS, 1999; SILVA et. al., 2013). Desse modo, procuramos criar uma nova classificação dos partidos pequenos da maneira mais objetiva possível. Como saída metodológica, decidimos adotar uma técnica estatística multivariada. Portanto, utilizamos análise de *cluster* para classificar esses partidos em função do seu tamanho. Abaixo apresento algumas breves informações sobre o que é a técnica⁴.

⁴ Para um estudo didático sobre a utilização da análise de conglomerados em Ciência Política ou Sociais ver: Figueiredo Filho, Silva Junior e Rocha (2012); para um maior detalhamento da técnica ver: Hairet *al* (2009) e Aldenderfer e Blashfield (1984).

Classificar é um dos procedimentos que caracterizam a ciência (FIGUEIREDO FILHO, SILVA JUNIOR & ROCHA, 2012). No entanto, esse procedimento deve ser acompanhado por uma metodologia criteriosa e ser bem fundamentado teoricamente. Mas, o que é a análise de *cluster*? É uma técnica estatística que permite agrupar objetos com base em uma ou mais características particulares. “O foco da análise de agrupamentos é a comparação de objetos com base na variável” de interesse (HAIR *et al*, 2009: 430). Hair *et al* (2009) define que, do ponto de vista ideal, a análise de *cluster* é adequada para criar grupos de casos com máxima homogeneidade dentro de um mesmo grupo e máxima heterogeneidade entre os grupos formados. Desta forma, os casos dentro de um grupo são mais parecidos entre si do que com os casos dos outros grupos. Em suma, a análise de *cluster* agrupa os casos baseados em suas proximidades. Como os objetos dentro de um mesmo grupo são mais semelhantes entre si, devem apresentar graus elevados de homogeneidade interna e elevada heterogeneidade externa (entre os grupos) (HAIR *et al*, 2009; GUGIU e CENTELLAS, 2013).

A análise de conglomerados é muito importante quando o pesquisador não sabe de antemão o número de grupos da população (FIGUEIREDO FILHO, SILVA JÚNIOR e ROCHA, 2012). Esse é o nosso caso. Como não existe uma quantidade prévia determinada de grupos de tamanho dos partidos, precisaremos agrupá-los espontaneamente. Para executar uma análise de *cluster* são necessários alguns passos.

Resumidamente no planejamento de uma análise de cluster, o pesquisador precisa dar bastante atenção à escolha das variáveis do modelo, a medida de similaridade, o método de aglomeração e o número de grupos a serem criados (FIGUEIREDO FILHO, SILVA JUNIOR e ROCHA, 2012). Na escolha das variáveis o pesquisador precisa está bastante atento e orientado teoricamente para que seu modelo não produza agrupamentos que não fazem sentido do ponto de vista do conhecimento científico. A medida de similaridade é a maneira pela qual se agrupam os casos. Existem várias medidas, tais como as de distancias, correlacionais, medidas de associação e de probabilidade (HAIR *et. al.*, 2009; ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984) . Aqui utilizamos uma medida de probabilidade, a de máxima verossimilhança (*Maximum Likelihood*). Deve-se também escolher o método de aglomeração, segundo Figueiredo Filho, Silva Júnior e Rocha (2012), esse procedimento diz respeito ao algoritmo matemático utilizado para formar os grupos. Por fim, devemos escolher a quantidade grupos a serem criados⁵.

5 Não temos espaço para discutir todas as propriedades dos procedimentos apresentados aqui. Sugerimos que aqueles que se interessem pelo assunto leiam o referencial básico citado na nota anterior.

Como bem observado, essa técnica requer uma boa sustentação teórica para que as soluções sejam apropriadas do ponto de vista do conhecimento científico. A técnica retornará os grupos independentemente da variável que for utilizada, portanto, é muito importante que o pesquisador esteja atento selecionando variáveis que realmente importam para a construção do agrupamento, na medida em que a técnica não faz diferenciação das variáveis importantes e não importantes para o modelo (FIGUEIREDO FILHO, SILVA JUNIOR e ROCHA, 2012).

No caso do nosso desenho de pesquisa utilizamos como variável de agrupamento o percentual de votos obtidos pelos partidos nacionalmente nos pleitos para a Câmara dos Deputados. A seleção dessa variável corresponde a sua preponderância nos estudos que classificam os partidos em função do seu tamanho (RODRIGUES, 1995; ASSIS, 1997; DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; BRAGA, 2010; MACHADO; 2012; EV e MELO; 2014). Como medida de similaridade, utilizamos o *log* da máxima verossimilhança (*Log-Likelihood*).

Segundo Kennedy (2009), a idéia que baseia o método de máxima verossimilhança (*Maximum Likelihood Estimation* - MLE) é o de que o valor de um determinado parâmetro estimado é o melhor possível do que quaisquer outros valores de parâmetros. Além disso, esse estimador produz resultados bastante robustos e são adequados para casos em que não se tem conhecimento prévio sobre os valores dos parâmetros. Nesse sentido, segundo Kennedy (2009), uma estimativa de máxima verossimilhança diz respeito a um vetor específico que possui a maior probabilidade de representar os dados observados, tornando-o, portanto, preferível a qualquer outro vetor.

No caso da análise de cluster, estimar as distâncias a partir de probabilidade (*Log-Likelihood*) significa que a solução encontrada a partir desse método maximiza a função de verossimilhança, deste modo, tal solução é preferível a qualquer outra, no sentido de que ela maximiza a probabilidade de que um dado caso estivesse dentro de determinado grupo na amostra obtida, bem como que um determinado grupo x obtido, de fato exista na estrutura dos dados.

O método de aglomeração foi o *TwoStep Cluster*. Na medida em que ele possui características importantes para o nosso desenho de pesquisa. Ele agrupa os casos a partir de um modelo hierárquico e num segundo momento reagrupa os *pré-Clusters*, bem como fornece uma medida de qualidade dos *clusters*. (FIGUEIREDO FILHO et. al, 2014). Além disso, não é necessário, nessa abordagem, determinar a quantidade de grupos da solução. Portanto, não estimulamos a quantidade de grupos a serem formados. Como não existe uma quantidade

exata de grupos de tamanhos de partidos, deixamos a cargo do *software* a determinação dos grupos necessários. Abaixo segue um quadro que resume os principais aspectos metodológicos para a classificação do tamanho dos partidos políticos.

Quadro 1. Resumo da metodologia da Classificação dos Partidos Pequenos

Procedimento	Descrição
Eleições Estudadas	Câmara dos Deputados no período de 2006 a 2014.
Variáveis Utilizadas	Porcentagem de votos dos partidos políticos (votos nominais + votos de legenda) nas eleições para Câmara dos Deputados.
Classificação dos partidos pequenos	Análise de <i>cluster</i> . A variável usada para definir o tamanho dos partidos foi o percentual de votos obtidos nacionalmente pelos partidos políticos (votos nominais + votos de legenda). Medida de similaridade utilizada foi o <i>Log-Likelihood</i> . O método de aglomeração foi o <i>TwoStep Cluster</i> . Quantidade de casos determinada espontaneamente pelo <i>software</i> .

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

No procedimento da análise de *cluster*, determinamos que o agrupamento fosse feito levando-se em conta toda a distribuição dos dados. Isso quer dizer que, usamos as eleições 2006 a 2014 para agrupar os casos, ao invés de fazermos um agrupamento para cada eleição. Isso decorre do fato de que aumentamos a quantidade de pontos de comparação (as várias porcentagens de votos) e evitamos vieses eleitorais tais como um partido obtendo (in)expressiva votação em apenas uma eleição. Portanto, a solução busca maximizar o real tamanho dos partidos para as três eleições. Segue a baixo as informações referentes ao resumo do modelo.

Tabela 1. Resumo do Modelo

Algoritmo	<i>TwoStep</i>	Silhueta de Coesão e Separação
Entradas	1	0,80
<i>Clusters</i>	3	

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

Inserimos no modelo uma variável (percentual nacional de votos dos partidos) e a técnica retornou 3 agrupamentos referentes ao tamanho dos partidos, que nomeamos de Pequenos, Intermediários e Grandes. O *TwoStep Cluster* tem algumas vantagens em relação aos outros algoritmos. Uma delas é que esse algoritmo fornece um índice da qualidade dos agrupamentos. Esse indicador, *average Silhouette coefficient*, varia entre -1 e 1, onde -1 total

falta de estrutura no dados e 1, por sua vez, uma estrutura perfeita tem sido encontrada (ROUSSEEUW, 1987; KAUFMAN e ROUSSEEUW, 1990). Segundo o modelo proposto por eles, valores de silhuetas médias acima de 0,71 indicam que uma forte estrutura foi encontrada nos dados⁶. Como observado, a silhueta média de 0,80 indica que, de fato, os agrupamentos encontrados advém de uma estrutura forte nos dados. Em outros termos, podemos dizer que os grupos formados são bastante coesos e que eles são distantes entre si, indicando um bom ajuste no modelo com três grupos de partidos. A tabela abaixo apresenta as informações acerca dos *clusters* formados.

Tabela 2. Informações sobre o tamanho dos clusters (2006-2014)

	Pequeno	Intermediário	Grande
Tamanho do Cluster	57,95	30,68	11,36
N partidos	51	27	10
Média de votos	0,69	4,92	13,18

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

De acordo com a tabela, no período de 2006 a 2014, aproximadamente 58% dos partidos que concorreram eram pequenos, 31% aproximadamente eram agremiações partidárias intermediárias e 11% foram consideradas grandes em termos de seu percentual de votos. A média de votos para os partidos pequenos foi de 0,69%, para as agremiações intermediárias foi de 4,92% e, finalmente, 13% aproximadamente para as grandes legendas. Calculamos as médias de votos de cada agrupamento de partidos para cada período eleitoral. A tabela abaixo resume essas informações.

Tabela 3. Estatísticas do percentual de votos por tamanho do partido e ano eleitoral

Ano	Tamanho do Partido	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Coefficiente de Variação
2006	Pequeno	18	0,03	2,11	0,60	0,61	103,04
	Intermediário	7	3,65	7,10	5,04	1,24	24,61
	Grande	4	10,86	14,91	13,50	1,82	13,51
2010	Pequeno	14	0,01	1,79	0,56	0,51	91,90
	Intermediário	10	2,58	7,48	5,07	2,04	40,27
	Grande	3	11,67	16,86	13,82	2,71	19,60
2014	Pequeno	19	0,01	2,06	0,89	0,72	80,70

⁶ Valores $\leq 0,25$ indicam que não existe nenhuma substancial estrutura nos dados; $0,26 - 0,50$ indicam que a estrutura encontrada é fraca e que o modelo deve ser revisto; $0,51 - 0,70$ foram encontradas alguma estrutura nos dados e, finalmente, $0,71 - 1,00$ significa que existe uma forte estrutura nos dados (KAUFMAN E ROUSSEEUW, 1990, pg. 88).

Intermediário	10	2,59	6,61	4,67	1,49	31,93
Grande	3	11,09	13,93	12,13	1,56	12,88

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

As eleições de 2006 concorreram 18 partidos pequenos. Seus votos variaram entre o mínimo de 0,03% e o máximo de 2,11, obtendo uma média de votos de 0,61. O coeficiente de variação é um indicador da variação entre os grupos. Se observa que os Pp são o grupo de partidos que seu percentual de votos mais varia entre os casos (103,04%) se comparado com partidos de outros tamanhos. Em 2010, o percentual máximo de votos alcançado por um Pp foi de 1,79, com uma média de 0,56% de votos e comum coeficiente de variação menor que o da eleição anterior (91,90%). Finalmente, em 2014 2,06% foi o teto de votos alcançados pelos Pp, com uma média de 0,89% de votos e um coeficiente de variação de 80,70%.

Essa tabela é bastante ilustrativa acerca de uma das principais limitações em escolher a opção de definir o tamanho dos partidos arbitrariamente. Como bem mostrou a tabela, o percentual máximo de votos que um Pp alcança é variável. E, às vezes, os limites colocados arbitrariamente se afastam consideravelmente dos percentuais reais de votos desses partidos. Usar análise de *cluster* para delimitá-los é um processo mais objetivo do que os adotados em outros estudos. Por fim, o quadro abaixo apresenta a solução de agrupamento de partidos políticos considerados pequenos pela análise de *cluster* segundo os anos eleitorais.

Quadro 2. Lista de Partidos Pequenos (Pp) no Brasil por ano eleitoral

Eleição	Partidos Pequenos									
2006	PAN	PCB	PCdoB	PCO	PHS	PMN	PRB	PRONA	PRP	
	PRTB	PSC	PSDC	PSL	PSOL	PSTU	PTC	PTdoB	PTN	
2010	PCB	PCO	PHS	PMN	PRB	PRP	PRTB	PSDC	PSL	
	PSOL	PSTU	PTC	PTdoB	PTN					
2014	PCB	PCdoB	PCO	PEN	PHS	PMN	PPL	PPS	PROS	
	PRP	PRTB	PSDC	PSL	PSOL	PSTU	PTC	PTdoB	PTN	PV

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

Para a análise empírica dos dados foram utilizados outros procedimentos metodológicos que serão melhores compreendidos ao logo do texto ao invés de colocados nesta seção. Na próxima seção analisaremos o desempenho eleitoral dos Pp nas eleições para a Câmara dos Deputados no período de 2006 a 2014.

DESEMPENHO ELEITORAL DOS PARTIDOS PEQUENOS (2006-2014)

Nesta seção descrevemos e analisamos os dados referentes ao desempenho eleitoral dos Pp. O principal objetivo é o de testar a hipótese levantada pela literatura de que os partidos pequenos não exercem efeito significativo sobre a quantidade de cadeiras alcançadas por suas coligações, bem como a hipótese de que esses partidos se beneficiam mais das coligações do que ao contrário. Analisamos dados das eleições 2006 a 2014. A tabela abaixo resume as informações sobre a participação dos Pp nas eleições 2006.

Tabela 4. Desempenho Eleitoral dos Pp nas Eleições 2006

Partidos	Estados	Total de Votos	% Votos	Candidatos	Não Eleitos	Eleitos	Taxa de Sucesso	% Cadeiras
PAN	23	303.827	0,32	95	94	1	1,05	0,19
PCB	17	64.766	0,07	14	14	0	0,00	0,00
PCdoB	27	1.982.323	2,11	70	57	13	18,57	2,53
PCO	14	29.169	0,03	29	29	0	0,00	0,00
PHS	24	435.019	0,46	152	150	2	1,32	0,39
PMN	25	875.686	0,93	155	152	3	1,94	0,58
PRB	12	244.059	0,26	20	19	1	5,00	0,19
PRONA	24	907.494	0,97	126	124	2	1,59	0,39
PRP	20	233.497	0,25	108	108	0	0,00	0,00
PRTB	26	173.963	0,19	92	92	0	0,00	0,00
PSC	24	1.745.845	1,86	202	193	9	4,46	1,75
PSDC	25	355.313	0,38	128	128	0	0,00	0,00
PSL	17	190.793	0,20	98	98	0	0,00	0,00
PSOL	27	1.149.619	1,23	189	186	3	1,59	0,58
PSTU	23	101.307	0,11	27	27	0	0,00	0,00
PTC	24	806.662	0,86	109	106	3	2,75	0,58
PTdoB	25	311.833	0,33	111	110	1	0,90	0,19
PTN	24	153.487	0,16	62	62	0	0,00	0,00
Total		10.064.662	10,72	1.787	1.749	38	2,13	7,41

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

Essa tabela e as que se seguem sumarizam o espaço que os Pp vem ocupando no cenário político eleitoral brasileiro, no que se refere às eleições para a Câmara dos Deputados. Em 2006, podemos observar que conjuntamente esses partidos alcançaram 10,72% dos votos disputados no pleito. Essa quantidade de votos permitiu que os partidos pequenos controlassem 7,41% das cadeiras da Câmara dos Deputados. O PCdoB foi o Pp que mais conseguiu cadeiras (13), seguido do PSC com 9 delas. A tabela abaixo resume os mesmos dados agora para as eleições 2010.

Tabela 5. Desempenho Eleitoral dos Pp nas Eleições 2010

Partidos	Estados	Total de Votos	% Votos	Candidatos	Não Eleitos	Eleitos	Taxa de Sucesso	% Cadeiras
PCB	16	57.563	0,06	15	15	0	0,00	0,00
PCO	4	6.660	0,01	3	3	0	0,00	0,00
PHS	27	764.412	0,78	164	162	2	1,22	0,39
PMN	27	1.112.593	1,13	206	202	4	1,94	0,78
PRB	27	1.760.396	1,79	134	126	8	5,97	1,56
PRP	27	305.940	0,31	94	92	2	2,13	0,39
PRTB	24	318.074	0,32	113	111	2	1,77	0,39
PSDC	22	191.835	0,19	66	66	0	0,00	0,00
PSL	24	506.653	0,51	149	148	1	0,67	0,19
PSOL	25	1.144.216	1,16	259	256	3	1,16	0,58
PSTU	19	102.120	0,10	29	29	0	0,00	0,00
PTC	26	595.647	0,61	244	243	1	0,41	0,19
PTdoB	23	642.422	0,65	126	123	3	2,38	0,58
PTN	25	184.588	0,19	97	97	0	0,00	0,00
Total		7.693.119	7,81	1.699	1.673	26	1,53	5,07

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

Em 2010 houve uma redução no número de partidos pequenos competindo nas eleições para a Câmara dos Deputados, de 18 caiu para 14⁷. Houve também uma redução nos números de candidatos lançados (menos 88 candidatos) e deputados eleitos (menos 12). Esses partidos conjuntamente reduziram o seu percentual nacional de votos alcançando o patamar de 7,81% que lhes garantiu 5,07% de cadeiras na Câmara dos Deputados para a legislatura que iniciaria em 2011. Deve-se notar, também, que nessa eleição os dois partidos que mais elegeram Deputados Federais em 2006 (PCdoB e PSC), já não foram mais considerados pequenos na competição de 2010. O PRB foi o partido com a maior taxa de sucesso (5,97%), seguido do PTdoB (2,38%). A tabela abaixo resume esses mesmos dados só que agora para as eleições 2014.

⁷ Isso reflete tanto a mudança de tamanho de alguns partidos, quanto à fusão de outros. O PCdoB e o PSC tornaram-se partidos médios em 2010. O PAN foi incorporado ao PTB ainda em 2006. O PRONA fundiu-se com o então PL, dando origem assim ao PR.

Tabela 6. Desempenho Eleitoral dos Pp nas Eleições 2014

Partidos	Estados	Total de Votos	% Votos	Candidatos	Não Eleitos	Eleitos	Taxa de Sucesso	% Cadeiras
PCB	16	66.979	0,07	52	52	0	0,00	0,00
PCdoB	27	1.913.015	1,97	75	65	10	13,33	1,95
PCO	5	12.969	0,01	9	9	0	0,00	0,00
PEN	25	667.983	0,69	222	220	2	0,90	0,39
PHS	25	926.664	0,95	239	234	5	2,09	0,97
PMN	26	467.777	0,48	143	140	3	2,10	0,58
PPL	24	141.254	0,15	61	61	0	0,00	0,00
PPS	27	1.955.689	2,01	119	109	10	8,40	1,95
PROS	27	1.977.117	2,03	92	81	11	11,96	2,14
PRP	26	724.825	0,74	226	223	3	1,33	0,58
PRTB	25	454.190	0,47	203	202	1	0,49	0,19
PSDC	25	509.936	0,52	192	190	2	1,04	0,39
PSL	25	808.710	0,83	169	168	1	0,59	0,19
PSOL	27	1.745.470	1,79	386	381	5	1,30	0,97
PSTU	23	188.473	0,19	88	88	0	0,00	0,00
PTC	26	338.117	0,35	178	176	2	1,12	0,39
PTdoB	26	812.497	0,83	214	213	1	0,47	0,19
PTN	23	723.182	0,74	110	106	4	3,64	0,78
PV	25	2.004.464	2,06	278	270	8	2,88	1,56
Total		16.439.311	16,88	3.056	2.988	68	2,23	13,26

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

As eleições de 2014 representou um grande avanço para os partidos pequenos no Brasil. Alcançaram conjuntamente 16,88% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados. Esse percentual garantiu o controle de 13,26% das cadeiras da Câmara. Sua taxa de sucesso também aumentou em relação à eleição anterior (agora foi de 2,23%). O partido que mais elegeu foi o PROS conseguindo 11 cadeiras, legenda que competiu em sua primeira eleição, seguido do PCdoB com 10 cadeiras. Esse partido, novamente retornou aos pequenos no pleito 2014. O PCdoB, também, é o partido com maior taxa de sucesso (13,33%), seguido do PROS (11,96%) e do PPS (8,40%).

Os estudos eleitorais no Brasil apontam para um tipo de candidatura típica dos partidos políticos. Segundo eles, os partidos políticos brasileiros lançam mão da utilização de coligações eleitorais como principal estratégia de competição eleitoral (SOUSA e CAVALCANTE; 2012; OLIVEIRA, 1973; CARREIRÃO, 2002; KRAUSE e SCHMITT). Para observar essa afirmação, a figura abaixo sumariza os dados acerca dos partidos, tipo de candidatura e ano eleitoral.

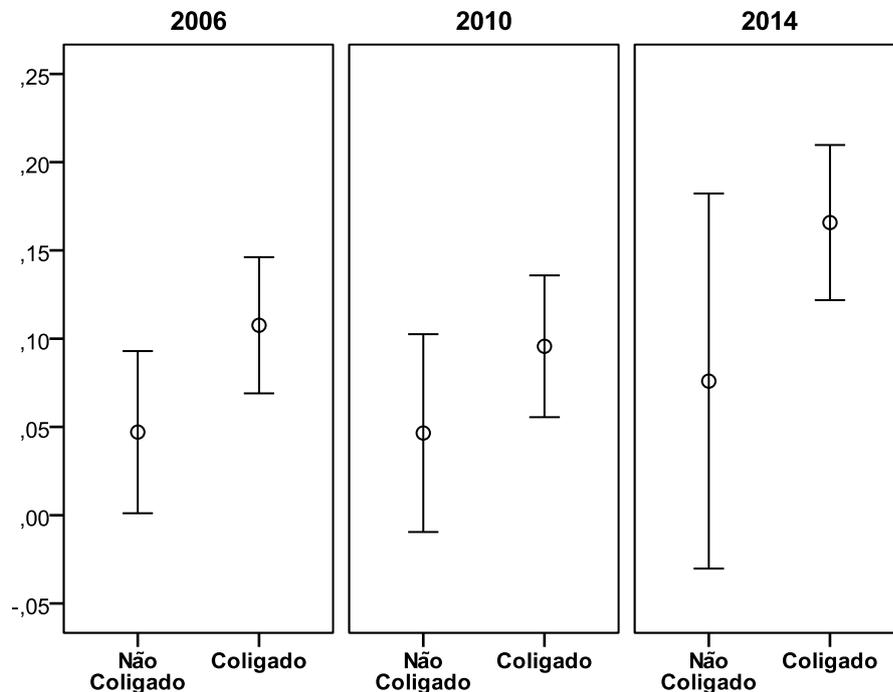
Figura 1. Partidos por tipo de candidatura e ano eleitoral

A			B			C		
2006			2010			2014		
	Não Coligado	Coligado		Não Coligado	Coligado		Não Coligado	Coligado
PAN	21,70	78,30	PCB	93,80	6,20	PCB	75,00	25,00
PCB	11,80	88,20	PCO	100,00		PCdoB	3,70	96,30
PCdoB		100,00	PHS	7,40	92,60	PCO	100,00	
PCO	100,00		PMN	14,80	85,20	PEN	8,00	92,00
PHS	8,30	91,70	PRB	3,70	96,30	PHS		100,00
PMN	16,00	84,00	PRP	3,70	96,30	PMN	15,40	84,60
PRB		100,00	PRTB	16,70	83,30	PPL	16,70	83,30
PRONA	29,20	70,80	PSDC	4,50	95,50	PPS		100,00
PRP	25,00	75,00	PSL	8,30	91,70	PROS	3,70	96,30
PRTB	15,40	84,60	PSOL	96,00	4,00	PRP	15,40	84,60
PSC	8,30	91,70	PSTU	94,70	5,30	PRTB	20,00	80,00
PSDC	84,00	16,00	PTC	23,10	76,90	PSDC	8,00	92,00
PSL	41,20	58,80	PTdoB	8,70	91,30	PSL	8,00	92,00
PSOL	18,50	81,50	PTN	8,00	92,00	PSOL	55,60	44,40
PSTU	17,40	82,60	TOTAL	27,20	72,80	PSTU	56,50	43,50
PTC	8,30	91,70				PTC	11,50	88,50
PTdoB		100,00				PTdoB	7,70	92,30
PTN	4,20	95,80				PTN	4,30	95,70
TOTAL	21,20	78,80				PV	12,00	88,00
						TOTAL	17,40	82,60

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

De fato, competir em uma coligação foi o padrão estratégico dos partidos políticos nos pleitos analisados. Somente alguns partidos situados na extrema esquerda (SILVA et al., 2013), tais como PCB, PCO, PSTU e PSOL tendem a competir sem coligações mais do que coligados. Em 2006 78,80% dos Pp concorreram coligados com outros partidos, enquanto que apenas 21,20% competiram sem aliança eleitoral. Em 2010 o percentual de partidos pequenos coligados reduziu um pouco (72,80%) e em 2014 voltou a aumentar, alcançando 82,60%. Segundo parte da literatura (DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; MACHADO, 2005; 2012; ASSIS, 1997; RODRIGUES, 1995), Pp que competem coligados tem mais chances de eleger um candidato do que aqueles que disputam as eleições sem participar delas. O Gráfico abaixo sumariza as informações acerca da média de candidatos eleitos dos Pp por tipo de candidatura e ano eleitoral.

Gráfico 1. Média de Eleitos por tipo de candidatura e ano eleitoral (IC 95%)



Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

A média de candidatos eleitos tende a ser maior quando o partido pequeno está em uma coligação do que quando disputa sem aliança eleitoral. A média de cadeiras para um partido coligado foi de 0,11 em 2006, 0,10 em 2010 e 0,17 em 2014. Essas médias são baixas porque dois motivos óbvios. O primeiro deles é o de que se trata de médias eleitos de partidos pequenos e, a segunda, os eleitos se referem às unidades da federação. Portanto, não se espera que um Pp eleja mais que um candidato em algumas unidades da federação⁸.

Para melhor analisar o desempenho e o papel eleitoral dos partidos pequenos criamos uma classificação de importância destes partidos para sua coligação. Isso porque, parte da literatura apresentada acima afirma que os Pp não contribuem para suas coligações. Antes se beneficiam delas. A pergunta que fazemos é a seguinte: o Pp *x* contribui para sua coligação? Dizemos que sim, se ao retirar seus votos do computo geral dos votos de sua coligação implique-se diretamente em perda de quociente partidário da mesma. O Pp não contribuirá,

⁸ Testes de comparação de médias foram realizados e a diferença apresentada só foi significativa para o ano de 2006 (p-valor = 0,047).

por sua vez, quando ao se retirar seus votos do total de votos de sua coligação o quociente partidário dela permanecer inalterado. A tabela abaixo sumariza essas informações.

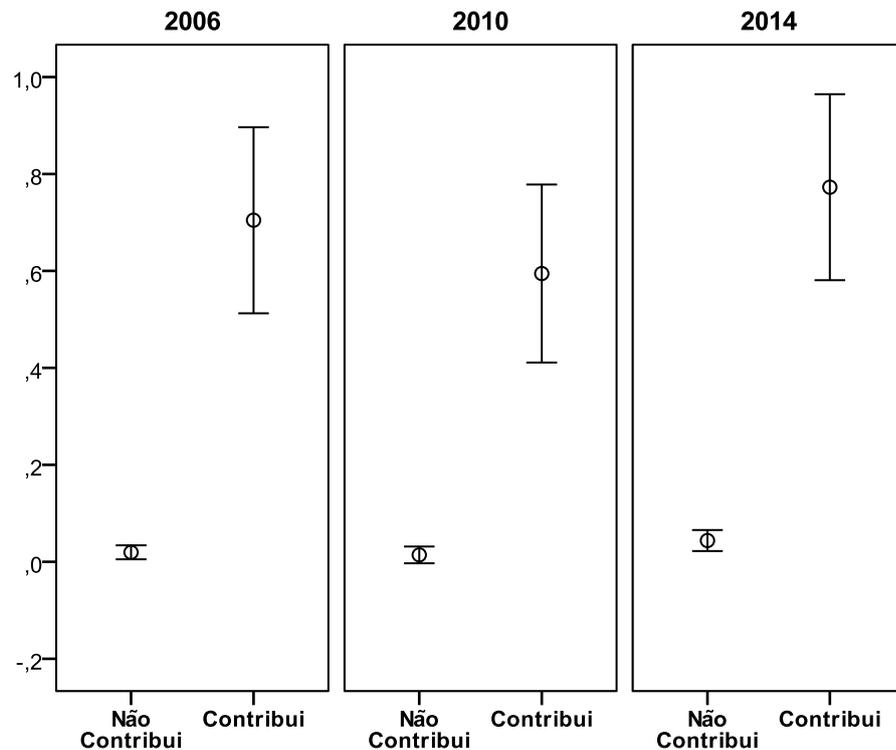
Tabela 7. Importância eleitoral dos Pp para suas coligações e ano eleitoral

Ano	O Pp <i>x</i> contribui?	Freqüência	%
2006	Não Contribui	357	89,00
	Contribui	44	11,00
	Total	401	100,00
2010	Não Contribui	279	88,30
	Contribui	37	11,70
	Total	316	100,00
2014	Não Contribui	387	85,40
	Contribui	66	14,60
	Total	453	100,00

De acordo com a tabela, nas eleições de 2006 existiram 11% de Pp que contribuíram diretamente para suas coligações, em 2010 11,70% e em 2014 14,60%. Isso sugere um aumento na importância eleitoral desses partidos para suas coligações. Ainda que a maioria dos Pp não contribuam diretamente cerca de 12,43 Pp em média contribuem diretamente para o quociente eleitoral de suas coligações no período.

Os partidos pequenos, no entanto, são vistos na literatura como “sanguessugas” de suas coligações. Em outras palavras, esses partidos se beneficiam mais de suas coligações do que contribui. Nosso objetivo agora é elucidar essa questão baseando-se nos dados que estamos analisando. Em termos mais técnicos testaremos a hipótese corrente da literatura: *H1: os partidos pequenos se beneficiam mais das coligações do que contribuem para elas*. A idéia básica é a de que para que os Pp sejam considerados “vampiros” de suas coligações, é necessário que eles se beneficiem delas e não contribuam para o seu sucesso. Disso decorre que partidos que “Não contribuem” devem ganhar mais cadeiras do que os partidos que contribuem. Se for ao contrário, então precisaremos concluir que para as eleições analisadas aqui, os Pp não se beneficiam as custas de suas coligações. O gráfico abaixo inicia esse processo. Descrevemos a quantidade de cadeiras ganhas por partidos pequenos por condição de importância e ano eleitoral.

Gráfico 2. Média de eleitos dos Pp, por Importância para sua coligação e ano eleitoral (IC 95%)



Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

Esse gráfico ilustra muito bem a discussão acima. Podemos observar que a média de eleitos pelos Pp que contribuem para o quociente eleitoral de sua coligação é sempre bem maior que os daqueles que não contribuem diretamente para ela. Em 2006 a média de eleitos dos Pp que contribuem foi de 0,70 contra 0,02 daqueles que não contribuem. Em 2010 foi de 0,59 para os primeiros e 0,01 para os segundos. Do mesmo modo, os Pp que contribuíram para suas coligações em 2014 tiveram uma média de 0,77 cadeiras em relação às 0,04 dos que não contribuíram. A pergunta que nos cerca agora é a seguinte: é essa diferença real na população ou poderia ter ocorrido por erro amostral? Comparamos essas médias via t de Student⁹ para amostras independentes, os resultados são todos significativos ao nível de 0,05¹⁰. A conclusão a que chegamos a esse respeito é o de que os partidos pequenos se

⁹ Para uma introdução ao Teste t de Student ver: Dancy e Reidy (2006) e Triola (2011).

¹⁰ Eleição de 2006: t = -7,171; p-valor = 0,000 / Eleição de 2010: t = -6,379; p-valor = 0,000 / Eleição de 2014: t = -7,537; p-valor = 0,000.

beneficiam de suas coligações quando contribuem diretamente para ela e não simplesmente por está nela. Nesse sentido, a hipótese da literatura, testada aqui, não foi corroborada.

A última questão a ser enfrentada é a seguinte: qual o impacto eleitoral dos Pp no quociente partidário de suas coligações? Para cumprir esse objetivo, fizemos uma simulação dos quocientes eleitorais das coligações em que, pelo menos, um partido pequeno esteve presente em cada uma dessas eleições. O objetivo é observar se os Pp faziam diferença para os quocientes eleitorais de suas coligações e qual a magnitude dessas diferenças. Esse procedimento diz respeito ao teste da seguinte hipótese da literatura: *os partidos pequenos não exercem efeito significativo sobre o quociente partidário de suas coligações*. Metodologicamente utilizamos, novamente, o teste *t de Student* só que agora para amostras emparelhadas. Comparamos o quociente eleitoral das coligações com e sem os Pp para as eleições 2006 a 2014. A tabela abaixo resume as estatísticas descritivas para comparação das cadeiras das coligações com e sem os Pp por ano eleitoral.

Tabela 8. Estatísticas de Amostra Emparelhada

Ano			Média	N	Desvio padrão	Erro padrão da média
2006	Par 1	Cadeiras Coligação	1,80	316	2,941	0,165
		Cadeiras Sem Pp	1,53	316	2,81	0,158
2010	Par 1	Cadeiras Coligação	2,73	230	3,505	0,231
		Cadeiras Sem Pp	2,30	230	3,436	0,227
2014	Par 1	Cadeiras Coligação	2,72	374	3,449	0,178
		Cadeiras Sem Pp	2,13	374	3,228	0,167

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

A média de cadeiras das coligações em 2006 foi de 1,80 cadeiras, enquanto que sem os Pp essa média cai para 1,53. Em 2010 foi de 2,73 cadeiras com todos os partidos, ao se retirar os votos dos partidos pequenos essa média caiu para 2,30 cadeiras. Por fim, em 2014 a média de cadeiras nas coligações foi de 2,72 com todos os partidos, enquanto caiu para 2,13 sem os Pp. A tabela abaixo resume as informações para o teste dessas diferenças.

Tabela 9. Teste para Amostras emparelhadas

Ano	Diferença Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	95% Intervalo de confiança da diferença		t	df	Sig. (2 extr.)
				Inferior	Superior			
				2006	0,28			
2010	0,43	0,57	0,04	0,36	0,50	11,45	229	0,000
2014	0,59	0,76	0,04	0,52	0,67	15,08	373	0,000

Fonte: Elaboração dos Autores (2015).

Os testes para amostras emparelhadas apresentam significância estatística forte para as diferenças nas médias de cadeiras das coligações com e sem os partidos pequenos. Em 2006 essa diferença foi de 0,28 cadeiras, em 2010 de 0,43 e em 2014 de 0,59. Essas diferenças são pequenas mais significantes estatisticamente. No entanto, mesmo pequenas, elas representariam perdas importantes para as coligações. Por exemplo, a coligação formada pelos partidos PRB / PP / PDT / PT / PTB / PSL / PHS / PSD / PCdoB /SD / PROS perderiam 5 cadeiras no estado do Ceará nas Eleições 2014 caso não existissem os votos dos partidos pequenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo investigamos o desempenho eleitoral dos partidos pequenos nas eleições para a Câmara dos Deputados no período de 2006 a 2014. Apresentamos o espaço que esses partidos vêm ocupando no cenário eleitoral nessas últimas três eleições para a Câmara, bem como testar algumas das principais afirmações da literatura especializada sobre os Pp e seu relacionamento com suas coligações.

Classificamos o tamanho desses partidos através da utilização de uma técnica estatística de classificação, a saber, análise de *cluster*. Essa técnica permite agrupar casos em função de uma variável específica garantindo uma solução com máxima homogeneidade dentro dos grupos (entre os casos) e máxima heterogeneidade entre os grupos. Em suma, grupos mais parecidos entre si e mais diferentes em relação uns aos outros. Classificar o tamanho dos partidos com análise de cluster permitiu a criação de tipologias mais objetivas do que as que normalmente estão presentes em estudos da área.

Com base nessa classificação analisamos o desempenho dos partidos pequenos. As principais conclusões desse trabalho sugerem que tamanho não é documento: (1) os partidos pequenos não são “sanguessugas” de suas coligações, os partidos que se beneficiam delas são aqueles que contribuem diretamente para o quociente eleitoral de suas coligações; (2) eles afetam significativamente a quantidade de cadeiras que suas coligações alcançam e (3) estes partidos aumentaram significativamente seu apoio eleitoral.

Esperamos, com esse trabalho, ter contribuído para a visibilidade desses atores tão importantes na dinâmica eleitoral brasileira, mas pouco estudados pela Ciência Política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDENDERFER, M. S., & BLASHFIELD, R. K. (1984). Cluster analysis: Quantitative applications in the social sciences. *Beverly Hills: Sage Publication*.
- ALMEIDA, L. A. (2007). *Cláusula de barreira: comportamento eleitoral e desempenho partidário nas eleições de 2002 e perspectivas para 2006*. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados.
- ASSIS, E. A. (1997). Goiás: Os partidos, as eleições e as transformações recentes. In: LIMA Jr, O. B. (org.) *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências 1982-94*. Rio, Ed. FGV, 1997.
- BRAGA, M. S. (2010). Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, julho-dezembro, pp. 43-73.
- CARREIRÃO, Y. S. (2002). Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº2, p. 319-351.
- CARREIRÃO, Y. S. (2012). O sistema partidário brasileiro: um balanço de tendências recentes. In: *36º Encontro Anual da Anpocs*, 21 a 25 de Outubro de 2012. Águas de Lindóia – SP.
- DANCEY, C. & REIDY, J. (2006). *Estatística sem Matemática para Psicologia Usando SPSS para Windows*. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed.
- DANTAS, H. & PRAÇA, S. (2004). Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000. *Leviathan*, n. 1, p. 181-200.
- DOWNS, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP.
- DOWNS, A. (2010). Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências* / Org.: Silvia Krause, Humberto Dantas e Luis Felipe Miguel. – Rio de Janeiro : Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo : Ed. ENESP.
- FEREJOHN, John (1997). Accountability and authority: toward a theory of political accountability. Mimeo.
- FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GUGIU, M. R. e CENTELLAS, M. (2013). The Democracy Cluster Classification Index. *Political Analysis*, 21(3), 334-349.
- MARCHETTI, V. E. (2008). *Poder Judiciário e Competição Política no Brasil: uma análise das decisões do TSE e do TSF sobre as regras eleitorais*. São Paulo. Tese de Doutorado, PUC-SP.

- FIGUEIREDO FILHO, D.; NUNES, F.; ROCHA, E. C.; SANTOS, M. L.; BATISTA, M & SILVA Jr, J. A. (2011). O que Fazer e o que Não Fazer com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, Vol. 20, n. 1, pp. 44 – 99.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A.; ROCHA, E. C. (2012). Classificando regimes políticos utilizando análise de conglomerados. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, nº 1, Junho, pp. 109 – 128.
- FIGUEIREDO FILHO, D.B., et al. (2014) Cluster Analysis for Political Scientists. *Applied Mathematics*, 5, 2408-2415. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.4236/am.2014.515232>>.
- FLEISHER, D. (2007). "Os partidos políticos" in: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, pp. 303-348.
- KAUFMAN, L., & ROUSSEEUW, P. J. (1990). *Finding groups in data: An introduction to cluster analysis*. New York: John Wiley and Sons.
- KENNEDY, P. (2009). *Manual de econometria*. Elsevier.
- KING, G. (1995). "Replication, Replication." *PS: Political Science and Politics* 28 (1995): 443-499. Disponível: <http://gking.harvard.edu/gking/files/replication.pdf>.
- KINZO, M. D. G. (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 19 Nº. 54, pp. 23 – 51.
- KINZO, M. D. G. (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, Nº. 57, p. 66-81.
- KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (org.). *Partidos e Coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-AdenauerStiftung / Editora UNESP, 2005.
- LIMONGI, F. & CORTÊZ, R. (2010). As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos CEBRAP*, 88, novembro, pp. 21-37.
- MACHADO, A. (2005). A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer e UNESP, p. 43-83.
- MACHADO, A. (2012). Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras. Tradução: Sabine Holler. – Rio de Janeiro : Elsevier.
- MAINWARING, S. (1999). Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.
- MAINWARING, S e TORCAL, M. (2005). Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, vol.11, n.2, pp. 249-286.
- MELO, C. R. (2010). Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, pp. 13-41.
- MELO, C. R. (2011). Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. *Ver. Bras. Ci. Soc.* Vol. 26, nº 75, pp. 57 – 91.
- MELO, C. R. & CÂMARA, L. (2012). Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 1, pp. 71 a 117.

- NICOLAU, J. (2006). O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, nº 4, pp. 689-720.
- NUVUNGA, A. (2007). Experiências com Partidos Políticos em 53 Novas Democracias. O ‘deixa andar’ no quadro institucional em Moçambique. *Cadernos Adenauer*, vol. VIII ,nº 3, pp. 53 – 73.
- OLIVEIRA, I. R. *Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)*. DADOS, Rio de Janeiro: vol.10 n.4. 1973.
- PERES, P.; RICCI, P. e RENNÓ, L. (2011). A variação da volatilidade Eleitoral no brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. *Latin American Research Review*, Vol. 46, nº. 3, pp. 46 – 68.
- RABAT, N. (2012). Impacto das propostas da comissão de reforma política sobre os pequenos partidos. Nota Técnica, Câmara dos Deputados, Brasília, DF.
- RODRIGUES, L. M. (1995). Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. *Novos Estudos CEBRAP*, N.º 41, março, pp.78-90.
- ROUSSEEUW, P. J. (1987). Silhouettes: a graphical aid to the interpretation and validation of cluster analysis. *Journal of Computational and Applied Mathematics* 20, 53-65.
- SCHUMPETER, J. A. (1952). *Capitalism, socialism, and democracy*. 4. ed. Londres: Allen & Unwin.
- SILVA, D., NASCIMENTO, W. S., PARANHOS, R., ALVES, E. T., ALVES, S., e OLIVEIRA, M. A. T. (2013). Downs Vence Mais Uma Vez? Posicionamento Ideológico-Partidário nas Eleições 2012. *Revista Política Hoje*, 22(1), p. 206-249.
- SOUSA, C. A. S., e CAVALCANTE, M. J. S (2012). Padrões geográficos das coligações eleitorais no Brasil: uma análise pela perspectiva ideológica dos partidos políticos - 2002 e 2006. In: 36º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia-SP.
- TRIOLA, M. F. (2011). *Introdução à Estatística*. 10ª.ed. Editora LTC, Rio de Janeiro.
- VIANA, J. P. S. L. (2008). Fragmentação partidária e a cláusula de barreira: dilemas do sistema político brasileiro. *Pensar*, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 125-135.